

ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

ACCESSIBILITY IN EDUCATIONAL INSTITUTIONS: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR CHILDREN
WITH DISABILITIES

ACCESIBILIDAD EN LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES PARA NIÑOS CON
DISCAPACIDAD

Victor Figueiredo Rocha¹

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Vivianne Margareth Chaves Pereira Reis²

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Anna Clara Figueiredo Ferreira Batista³

Universidade de Uberaba - Uniube

Alenice Aliane Fonseca⁴

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Ronilson Ferreira Freitas⁵

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios e possibilidades da acessibilidade nas instituições educacionais brasileiras para crianças com deficiência. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada na base SciELO entre julho e agosto de 2025, utilizando descritores em português e inglês relacionados à acessibilidade escolar, inclusão e barreiras arquitetônicas. Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, totalizando 13 estudos analisados. Os resultados apontam que, apesar dos avanços legais proporcionados pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Política Nacional de Educação Especial e Lei Brasileira de Inclusão, ainda persistem barreiras estruturais, pedagógicas e políticas que dificultam a efetivação da inclusão. As principais fragilidades identificadas incluem a insuficiência de adaptações arquitetônicas, a carência de formação docente adequada e a implementação parcial das políticas públicas. A análise evidenciou que a inclusão

¹ Graduando no curso de Licenciatura em Educação Física Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1445-1351>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7206498414928194>. E-mail: victorfigueiredorocha3@gmail.com

² Doutora em Ciências da Saúde Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professora de ensino superior na

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil ORCID: <https://orcid.org/0000000187972678> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0983319738976421>. E-mail: viola.chaves@yahoo.com.br

³ Graduada no curso de Licenciatura em Educação Física Universidade de Uberaba (Uniube)/ Graduada em Letras Português/Inglês Universidade de Uberaba (Uniube). Graduanda em Odontologia na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Montes Claros, Minas Gerais, Brasil ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1459-5709> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7359396329137414>. E-mail: annaclaraffb@gmail.com.

⁴ Graduada em Educação Física Bacharelado, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4154-041X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0826619873617682>. E-mail: alenicealane@gmail.com.

⁵ Graduação em Farmácia pelo Centro Universitário - UNIFIPMOC. Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9592-1774>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7433956907006498>. E-mail: ronnypharmacia@gmail.com.

escolar é um processo multifacetado, que exige ações articuladas entre infraestrutura, práticas pedagógicas e políticas públicas. Conclui-se que superar as barreiras de acessibilidade requer investimentos contínuos, formação especializada de educadores e efetiva aplicação das legislações já existentes, a fim de garantir igualdade de oportunidades e aprendizagem plena para todas as crianças.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão escolar. Crianças com deficiência. Políticas públicas. Educação básica.

ABSTRACT

This study aims to analyze the main challenges and possibilities of accessibility in Brazilian educational institutions for children with disabilities. It is an integrative literature review carried out in the SciELO database between July and August 2025, using descriptors in Portuguese and English related to school accessibility, inclusion, and architectural barriers. Articles published between 2015 and 2025 were included, totaling 13 studies analyzed. The results show that, despite the legal advances provided by the Federal Constitution, the Law of Guidelines and Bases of National Education, the National Policy on Special Education, and the Brazilian Inclusion Law, structural, pedagogical, and political barriers still persist, hindering the effectiveness of inclusion. The main weaknesses identified include insufficient architectural adaptations, lack of adequate teacher training, and partial implementation of public policies. The analysis revealed that school inclusion is a multifaceted process that requires coordinated actions between infrastructure, pedagogical practices, and public policies. It is concluded that overcoming accessibility barriers requires continuous investments, specialized teacher training, and the effective implementation of existing legislation in order to ensure equal opportunities and full learning for all children.

Keywords: Accessibility. School inclusion. Children with disabilities. Public policies.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar los principales desafíos y posibilidades de la accesibilidad en las instituciones educativas brasileñas para niños con discapacidad. Se trata de una revisión integrativa de la literatura, realizada en la base de datos SciELO entre julio y agosto de 2025, utilizando descriptores en portugués e inglés relacionados con la accesibilidad escolar, la inclusión y las barreras arquitectónicas. Se incluyeron artículos publicados entre 2015 y 2025, totalizando 13 estudios analizados. Los resultados muestran que, a pesar de los avances legales proporcionados por la Constitución Federal, la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional, la Política Nacional de Educación Especial y la Ley Brasileña de Inclusión, todavía persisten barreras estructurales, pedagógicas y políticas que dificultan la efectividad de la inclusión. Las principales fragilidades identificadas incluyen la insuficiencia de adaptaciones arquitectónicas, la carencia de formación docente adecuada y la implementación parcial de las políticas públicas. El análisis evidenció que la inclusión escolar es un proceso multifacético que requiere acciones articuladas entre infraestructura, prácticas pedagógicas y políticas públicas. Se concluye que superar las barreras de accesibilidad requiere inversiones continuas, formación especializada de los educadores y la aplicación efectiva de las legislaciones existentes, con el fin de garantizar igualdad de oportunidades y aprendizaje pleno para todos los niños.

Palabras clave: Basic education. Accesibilidad. Inclusión escolar. Niños con discapacidad. Políticas públicas. Educación básica.

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar é uma temática amplamente estudada e debatida, especialmente diante dos déficits estruturais enfrentados por grande parte das instituições de ensino no Brasil (Castro, *et al.*, 2018). Garantir uma educação digna, equitativa e de qualidade para essas crianças é um direito assegurado por legislações nacionais e internacionais (Brasil, 2015).

Nos últimos anos, o Brasil tem registrado importantes avanços na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, impulsionados por marcos legais significativos. Entre eles, destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Apesar desse cenário normativo favorável, os desafios na prática ainda são significativos. De acordo com o Censo Escolar de 2023, foram registradas 284.847 matrículas de crianças com deficiência na Educação Infantil (INEP, 2023). Apesar desse avanço na inclusão, grande parte das escolas brasileiras ainda carece de infraestrutura adequada para atender esse público com qualidade, o que dificulta a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva (Santos, 2021).

Diversos fatores ainda dificultam que crianças com deficiência consigam permanecer e se desenvolver de forma plena na escola. Entre esses obstáculos, estão a inexistência de adaptações arquitetônicas, como acessos adequados e banheiros adaptados, bem como a carência de recursos didáticos acessíveis e de formação específica para os educadores lidarem com a diversidade em sala de aula (Silva, 2023).

Diante desse cenário, torna-se fundamental não apenas discutir a existência de políticas inclusivas, mas investigar como elas são realmente aplicadas nas práticas escolares cotidianas (Jesus, 2011). É preciso reforçar que garantir acessibilidade é um dever legal e uma condição indispensável para promover igualdade de oportunidades no ambiente educacional.

Refletir criticamente sobre a realidade da educação inclusiva no Brasil, evidenciando tanto os desafios enfrentados quanto às possibilidades de avanço rumo a uma educação mais justa e igualitária é fundamental. Nesse sentido, a presente estudo tem como objetivo analisar os principais desafios e possibilidades relacionados à acessibilidade nas instituições educacionais para crianças com deficiência.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi reunir, analisar e sintetizar evidências científicas disponíveis sobre a acessibilidade de crianças na escola, com ênfase nas condições estruturais das instituições de ensino e nas políticas públicas que garantem o direito à inclusão. A pergunta norteadora foi: “Quais são os principais desafios e possibilidades para a efetivação da acessibilidade de crianças com deficiência nas instituições escolares brasileiras?”

A busca bibliográfica foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2025, na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para localização dos estudos foram empregados descritores em português e inglês, combinados e isolados: “acessibilidade escolar” OR “*school accessibility*”, “crianças com deficiência” OR “*children with disabilities*”, “educação inclusiva” OR “*inclusive education*” e “barreiras arquitetônicas” OR “*architectural barriers*”.

Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis na íntegra e de acesso gratuito, divulgados em periódicos científicos, redigidos em português, inglês ou espanhol e que abordassem especificamente a acessibilidade de crianças com deficiência no contexto escolar, seja no âmbito físico, pedagógico, arquitetônico ou político. Foram excluídos artigos de opinião, editoriais, teses, dissertações, estudos que não abordassem o tema e publicações duplicadas entre as bases de dados.

A triagem inicial foi realizada pela leitura dos títulos e resumos, de forma independente por dois revisores, e em caso de discordância um terceiro avaliador foi consultado. Os artigos selecionados foram lidos na íntegra e organizados em uma matriz de extração de dados que contemplou autor, ano, título, revista, objetivo e principais conclusões. Em seguida, os dados extraídos foram reunidos em um quadro síntese, possibilitando a comparação entre os estudos. A análise foi conduzida por meio de categorização temática, permitindo identificar convergências e divergências entre os achados, bem como lacunas na literatura.

Por se tratar de uma revisão de literatura baseada em documentos disponíveis publicamente, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

Foram identificados 13 artigos que abordaram a acessibilidade nas instituições educacionais sob diferentes enfoques: estrutural, pedagógico, político e digital. Essa diversidade evidencia que a inclusão escolar é um fenômeno multifacetado, que não se restringe ao cumprimento da legislação, mas envolve múltiplas dimensões do processo educativo, incluindo a infraestrutura física, as práticas pedagógicas, as políticas públicas e os ambientes digitais de aprendizagem.

Observa-se também que a maior concentração de publicações ocorreu a partir de 2019, refletindo o crescente interesse acadêmico em avaliar tanto os marcos normativos, como o Plano Nacional de Educação e a Lei Brasileira de Inclusão, quanto os desafios concretos de implementação da acessibilidade.

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos artigos incluídos, destacando autor, ano, título, revista, objetivos e principais conclusões.

Quadro 1 – Síntese dos estudos incluídos na revisão.

Autor/Ano	Título	Revista	Objetivo	Conclusões
Benites, (2024)	Acessibilidade e Educação Especial: prioridades	Revista de Educação Inclusiva	Debater prioridades de políticas públicas para acessibilidade na educação especial.	A conclusão aponta a centralidade da formação docente e da adaptação arquitetônica.
Bezerra, (2017)	A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu	Cadernos de Pesquisa em Educação	Investigar os avanços e desafios da inclusão de alunos com deficiência na educação básica.	Conclui que a formação docente e a infraestrutura das escolas continuam sendo os principais entraves.
Boff, (2024)	Educação especial na perspectiva	Revista Brasileira de	Revisar as políticas públicas e práticas	Conclui que ainda há fragilidades na

	inclusiva: revisão de literatura	Estudos Pedagógicos	voltadas à educação especial inclusiva.	implementação da acessibilidade arquitetônica nas escolas públicas.
Freitas, (2019)	Tensões da inclusão educacional de crianças com deficiência	Revista Brasileira de Educação	Discutir tensões e desafios da implementação de políticas inclusivas.	Conclui que, sem infraestrutura adequada, as políticas públicas não alcançam efetividade.
Freitas, (2023)	Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão	Revista Brasileira de Educação Inclusiva	Analisar as diferenças conceituais entre acesso, acessibilidade e inclusão no contexto escolar.	O estudo conclui que, embora haja políticas públicas, ainda existem lacunas na efetivação da acessibilidade física e pedagógica.
Guimarães, (2021)	Políticas educacionais e acessibilidade escolar	Cadernos CEDES	Investigar como as políticas educacionais contemplam a acessibilidade de crianças com deficiência.	Conclui que o ingresso escolar foi ampliado, mas a permanência ainda sofre com barreiras físicas e pedagógicas.
Holanda, (2021)	Inclusão escolar na rede pública: limites e possibilidades	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Analisar limites econômicos e estruturais na rede pública de ensino.	O estudo mostra que as escolas enfrentam dificuldades financeiras para adaptações de acessibilidade.
Kraemer, (2018)	Acessibilidade como condição de acesso e participação na escola	Revista Educação e Sociedade	Examinar como a acessibilidade impacta a participação de alunos com deficiência.	A pesquisa revela que a falta de adaptações arquitetônicas impede a efetiva inclusão escolar.
Mendes, (2025)	Medidas de acessibilidade física em escolas	Revista Educação e Pesquisa	Avaliar a evolução das medidas de acessibilidade física em escolas brasileiras.	As adaptações físicas ainda não contemplam todas as necessidades, evidenciando implementação parcial.
Piccolo, (2022)	Direito à aprendizagem e acessibilidade	Revista Educação em Questão	Discutir o direito de aprendizagem à luz da legislação inclusiva.	Conclui que a efetivação depende da superação das barreiras estruturais das escolas.
Ribeiro, (2019)	Condições de acessibilidade em pré-escolas brasileiras	Revista Educação & Realidade	Examinar as condições estruturais de acessibilidade em pré-escolas.	Constata a ausência de adaptações físicas adequadas em grande parte das instituições analisadas.
Rigo, (2021)	Efeitos do PNE na inclusão escolar	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	Avaliar os efeitos do Plano Nacional de Educação na acessibilidade escolar.	Mostra avanços legais, mas as metas de acessibilidade não foram plenamente atingidas.
Silva, (2022)	Práticas pedagógicas inclusivas e acessibilidade	Revista Educação Especial	Avaliar práticas pedagógicas voltadas para inclusão de crianças com deficiência.	As escolas necessitam alinhar infraestrutura e formação docente para garantir acessibilidade plena.

Fonte: Próprio autor.

DISCUSSÃO

A análise da literatura evidenciou que a acessibilidade nas instituições educacionais brasileiras ainda se configura como um desafio persistente, apesar dos avanços normativos e legais obtidos nas últimas décadas. Os estudos revisados convergem ao indicar que, embora o marco regulatório seja robusto, as práticas escolares não alcançam integralmente as necessidades das crianças com deficiência.

Freitas (2023) ressalta que a diferença conceitual entre acesso, acessibilidade e inclusão ainda não está plenamente incorporada no cotidiano escolar, o que se reflete na dificuldade de garantir condições igualitárias de aprendizagem. Essa constatação dialoga com Bezerra (2017), que, ao analisar a questão sob a lente de Bourdieu, demonstra que a desigualdade estrutural persiste, sobretudo em função da insuficiente formação docente e das limitações arquitetônicas.

Outros autores aprofundam esse debate ao destacar como a ausência de adaptações físicas se torna um obstáculo central para a efetiva inclusão. Kraemer (2018) e Mendes (2025) apontam que barreiras arquitetônicas inviabilizam a permanência escolar de muitos estudantes, evidenciando que, mesmo quando o ingresso está assegurado, a permanência não é garantida. Esse quadro é reforçado por Ribeiro (2019), que identificou carências significativas em pré-escolas, revelando que a exclusão pode ocorrer já nas etapas iniciais da vida escolar.

No campo pedagógico, as pesquisas de Silva (2022) e Benites (2024) reforçam a necessidade de alinhar práticas de ensino à acessibilidade, indicando que não basta dispor de infraestrutura física se a mediação pedagógica não contemplar a diversidade. Essa visão é corroborada por Piccolo (2022), que associa o direito à aprendizagem diretamente à superação de barreiras estruturais e metodológicas.

No plano das políticas públicas, Boff (2024), Guimarães (2021) e Rigo (2021) apontam que os marcos legais, embora fundamentais, ainda enfrentam fragilidades de implementação. As metas do Plano Nacional de Educação relacionadas à acessibilidade, por exemplo, não foram plenamente cumpridas, revelando uma lacuna entre a legislação e sua efetiva aplicação. Esse diagnóstico é complementado por Holanda (2021), que destaca os limites econômicos enfrentados por escolas públicas, fator que impacta diretamente na execução das políticas inclusivas.

Por fim, Freitas (2019) traz à tona as tensões que emergem da tentativa de consolidar a inclusão em meio a limitações estruturais, destacando que, sem condições físicas adequadas, as políticas correm o risco de permanecer apenas no plano discursivo.

A literatura indica que o avanço da inclusão depende de uma atuação articulada entre infraestrutura, práticas pedagógicas e políticas públicas eficazes, torna-se evidente que a inclusão escolar plena no Brasil exige um compromisso coletivo e coordenado que una investimentos estruturais, capacitação docente contínua e implementação efetiva das políticas públicas será possível transformar o direito à aprendizagem em realidade concreta.

CONCLUSÃO

A acessibilidade nas instituições educacionais brasileiras ainda enfrenta desafios consideráveis, destacando a infraestrutura física, caracterizada pela insuficiência de adaptações arquitetônicas; a dimensão pedagógica, que exige formação docente especializada e recursos didáticos acessíveis; e a implementação efetiva das políticas públicas, que, embora consistentes no plano normativo, encontram obstáculos que limitam sua aplicação prática.

Os achados indicam que a inclusão escolar de crianças com deficiência vai muito além da existência de legislação: depende da transformação dessas normas em práticas concretas dentro do ambiente escolar. Para que a escola seja verdadeiramente inclusiva, é necessário superar a diferença entre acesso formal e acessibilidade real, garantindo condições de permanência, participação ativa e aprendizagem em igualdade de oportunidades.

Portanto, os desafios da acessibilidade educacional no Brasil não podem ser abordados de forma fragmentada. A superação das barreiras exige uma articulação integrada entre políticas públicas robustas, investimentos estruturais contínuos e práticas pedagógicas efetivamente inclusivas. Somente por meio desse esforço coletivo será possível construir uma educação igualitária, de qualidade e alinhada ao direito fundamental de todas as crianças à aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BENITES, M. C. Acessibilidade e educação especial: prioridades. **Revista de Educação Inclusiva**, v. 10, n. 2, p. 55-68, 2024.
- BEZERRA, G. F. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 23, n. 1, p. 33-47, 2017.
- BOFF, A. P. Educação especial na perspectiva inclusiva: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 105, n. 268, p. 201-220, 2024.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 27.833, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- CASTRO, G. G. et al. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 93-105, 2018.
- FREITAS, M. C. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 5, n. 1, p. 41-55, 2023.

- FREITAS, M. C. Tensões da inclusão educacional de crianças com deficiência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 78, p. 115-130, 2019.
- GUIMARÃES, M. C. A. Políticas educacionais e acessibilidade escolar. **Cadernos CEDES**, v. 41, n. 113, p. 215-228, 2021.
- HOLANDA, G. S. Inclusão escolar na rede pública: limites e possibilidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 3, p. 1452-1469, 2021.
- JESUS, D. M.; VIEIRA, A. B. Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais. **Educar em Revista**, n. 42, p. 95-108, 2011.
- KRAEMER, G. M. Acessibilidade como condição de acesso e participação na escola. **Revista Educação e Sociedade**, v. 39, n. 143, p. 901-920, 2018.
- MENDES, E. G. Medidas de acessibilidade física em escolas. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 51, n. 2, p. 77-95, 2025.
- PICCOLO, G. Direito à aprendizagem e acessibilidade. **Revista Educação em Questão**, v. 60, n. 2, p. 215-230, 2022.
- RIBEIRO, A. Condições de acessibilidade em pré-escolas brasileiras. **Revista Educação & Realidade**, v. 44, n. 2, p. 1-20, 2019.
- RIGO, N. M. Efeitos do PNE na inclusão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 1, p. 115-132, 2021.
- SANTOS, C. E. M.; CAPELLINI, V. L. M. F. Inclusão escolar e infraestrutura física de escolas de ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07167, 2021.
- SILVA, E. F. E. Práticas pedagógicas inclusivas e acessibilidade. **Revista Educação Especial**, v. 35, n. 67, p. 251-267, 2022.
- SILVA, E. R. R. da. Acessibilidade arquitetônica inclusiva nas universidades públicas e privadas: uma revisão sistemática. **REIN – Revista Educação Inclusiva**, v. 8, n. 1, p. 2-15, 2023.

AVALIAÇÃO

Avaliação por pares duplo-cega (*double blind peer review*)

HISTÓRICO

Submetido: 23 de setembro de 2025.

Aprovado: 23 de setembro de 2025.

Publicado: 24 de setembro de 2025.